

## LIBERDADE E INTERIORIDADE EM AGOSTINHO DE HIPONA

Élcio Bonfim Neves\*

---

**RESUMO:** Neste artigo serão apresentadas as ideias acerca do conceito de liberdade e interioridade a partir do livro *O Livre-arbítrio* de Agostinho de Hipona. Para tanto, abordaremos o pensamento de Agostinho, a partir das suas reflexões no que dizem respeito à conduta do homem mediante a sua faculdade de escolher entre o bem e o mal. Sendo assim, buscar-se-á, a partir de uma breve exposição da trajetória vivida pelo filósofo, a exposição de sua reflexão acerca da intrínseca relação entre liberdade do eu interior e mundo exterior. A exposição visa valorizar a reflexão a partir do conceito de eu interior como via segura que conduz o homem ao fundamento da felicidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Liberdade. Interioridade. Livre-arbítrio. Agostinho.

---

### 1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada pelas mazelas sociais provindas pela escassez de valores éticos/morais. O homem, diversas vezes, busca, incansavelmente, uma via de escape para os tormentos oriundos desse vazio que inquieta a alma

---

\* Graduado em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) e pelo Instituto de Filosofia Nossa Senhora das Vitórias (IFNSV). E-mail: elcioneves.b@hotmail.com. A versão final deste texto foi elaborada para atender as exigências do Curso de Extensão: "Oficina de leitura e produção de textos filosóficos", oferecido pelo *Núcleo de Estudos sobre Imaginário e Linguagem* (NEIL) e coordenado pelo prof. Jasson Martins (Membro do referido Núcleo e docente do Curso de Filosofia da UESB). Uma versão ampliada deste texto, com título diferente, foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) junto ao Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR).



humana. O núcleo do problema está muito além de uma simples busca, uma vez que o homem nem sabe onde encontrar a solução. É notório que ele nem ao menos detecta qual a causa que o aflige, gerando em muitos casos, a angústia que perpassa a existência humana. Sabemos, contudo, que o homem é um ser que busca sempre com o desejo de encontrar o ideal que apaziguará a sua inquietude.

Um dos problemas que mais inquieta o homem é a questão sobre o mal, pois vai exatamente contra aquilo que ele deseja: a felicidade. Todos nós almejamos a felicidade, e eis que nos vem um questionamento: então, por que existe o mal? Santo Agostinho se intriga com essa indagação. Ele, que foi, inicialmente, um maniqueísta compartilhou da crença que alegava dois princípios fundamentais que lideram o universo “o bem e o mal”. Agostinho, após ter se convertido ao cristianismo, passa a combater o maniqueísmo defendendo uma atitude acerca da natureza do bem e do mal, partindo da inspiração da filosofia platônica.

## **2. A RELAÇÃO DE AGOSTINHO COM O MANIQUEÍSMO**

Na busca incessante por respostas que fossem capazes de dar um significado à sua existência, eis que Agostinho buscou no maniqueísmo aquilo que só foi capaz de encontrar, posteriormente, no cristianismo. Para entendermos a relação de Agostinho com o maniqueísmo, faz-se necessário adentrarmos na origem desta seita que teve como fundador Mani<sup>1</sup> que nasceu em 14 de abril de 216 d. C., na Babilônia, e pouco se sabe da sua família, apenas que “os maniqueus embelezaram a história de seus pais, fazendo uma analogia com a história de Jesus, uma vez que consideravam Mani como o enviado, o profeta anunciado por Cristo” (Costa, 2003, p. 26). O

---

<sup>1</sup> “O nome primitivo de Mani era Corbicius. O nome Mani [...] é um título honorífico atribuído por seus discípulos, que na língua arameu-babilônica, pode ser identificado com Mana, que, para os Mandeos, significa o Espírito do Mundo Luminoso” (COSTA, 2003, p. 25)



maniqueísmo tinha como fundamento a dualidade na defesa dos dois princípios fundamentais que lideram o universo “o bem e o mal”, pois,

Os maniqueus estavam preocupados em responder a uma simples pergunta: como é possível compatibilizar os males presentes no mundo [...] com a bondade de Deus? Ou seja, Deus – o Bem, pode ser causa do mal? Ou devemos admitir a um outro ser, tão poderoso quanto Ele, a causa do mal? (COSTA, 2003, p. 39).

Nesse mesmo caminho se encontrava Agostinho, pois buscava uma resposta que fosse capaz de resolver o problema que afligia a consciência humana por causa do problema do mal e, ao mesmo tempo, que não atribuísse a Deus a origem e a causa deste mal. Foi exatamente no maniqueísmo que, inicialmente, ele buscou responder as questões morais relacionadas ao problema do mal na conduta do homem. E neste impasse,

[...] os maniqueus acreditavam que no homem há uma alma ontologicamente boa, um “eu original”, consubstancial com Deus ou o Bem, mas que na fusão com o corpo se vê envenenada por tendências perversas, passando a ser uma alma má, um “eu demoníaco”, uma “consciência sombria” ou uma “inteligência obscura” (COSTA, 2003, p. 89).

Fica meio que confuso na cabeça de Agostinho aceitar a dualidade do eu, sendo o primeiro aquele que é a proximidade mais exata com Deus, e o segundo o que se distancia dEle. Justamente nesta distância do Bem é que surge o mal e, assim, o ser humano não está munido do livre-arbítrio, visto que para os maniqueus o ser humano não era totalmente livre, uma vez que uma de suas partes, a matéria, era ontologicamente má: “O que significa que o problema do mal no maniqueísmo situava-se no nível ontológico-cosmológico-materialista totalmente determinístico” (COSTA, 2003, p. 91).



Portanto, os adeptos do maniqueísmo sentiam-se amparados mediante a convicção de que o mal era involuntário e que, ao praticá-lo, bastava apenas atribuir a culpa às forças das trevas, uma vez que, para eles, a alma boa do homem é passiva e sujeita a corrupção por essa força negativa, impregnando, com isso, uma concepção determinista na consciência destes. Com a difusão desse pensamento, Mani pregou por toda a Ásia, Pérsia, Índia e China, propagando ser esta a única e última religião que seria capaz de conduzir o ser humano à verdadeira salvação, para tal, fazia uso da moral maniqueia embasada sobre cinco mandamentos, a saber: dizer sempre a verdade, a não violência e jamais matar, comportamento religioso ou ser puro, pureza de boca e, por último, bem aventurança ou pobreza bem aventurada.

Agostinho bebeu dessa fonte por aproximadamente nove anos de sua vida e esperou, ansiosamente, por respostas às suas inquietações. Não encontrando no maniqueísmo verdades fundadas, chega à conclusão de que “Os livros desta seita, na verdade, estão cheios de intermináveis fantasias a respeito do céu, dos astros, do sol e da lua” (Agostinho, 1984, p. 122); *a priori*, o que atrai o jovem Agostinho é a solução maniqueísta, que apontava o mal como um conflito com o bem, e assim, este não era deliberado por Deus,

Com efeito, para explicar a origem do mundo, e a ‘coexistência’ nele de bem e mal, os Maniqueus o concebem como fruto da iniciativa divina, isto é, do princípio do bem, contra os *príncipes do mal*. Deus e Cristo (pois os maniqueus eram cristãos) estariam empenhados em combater o mal mediante a mistura de criaturas boas à população do reino das trevas (Filho, 2009, p. 185).

Em suma, os maniqueus consideravam o mal como um ser que só podia atribuir existência àquilo que os sentidos pudessem perceber, gerando, assim, o sensualismo maniqueu. É nessa perspectiva que Agostinho rebate o maniqueísmo



opondo-se ao materialismo maniqueu que no início da sua adesão a esta ceita, foi grande defensor do materialismo radical “Segundo a doutrina de Mani, Deus é luz, ou seja, uma substância corporal, brilhante e muito tênue. [...] Agostinho considerava Deus como um corpo sutil e resplandecente” (Gilson, 2006, p. 357).

Após perder o encanto pelo maniqueísmo, o jovem Agostinho, pois, esperava encontrar nesta seita verdades que fossem fundadas e que suprissem a sua busca por respostas às inquietações que o afligiam no interior da existência, chegando até a manter, com os maniqueus apenas uma relação baseada no grande interesse que dedicava também pela literatura, uma vez que era professor e tinha como ocupação preparar os jovens mediante o conhecimento da realidade.

### **3. O CONCEITO DE LIVRE-ARBÍTRIO EM AGOSTINHO DE HIPONA**

O conceito de livre-arbítrio, em Agostinho, possui uma relação estreita com os conceitos de vontade, mal<sup>2</sup> e pecado. Assim contextualizado, o livre-arbítrio mantém a liberdade da vontade humana e a sua não determinação pela vontade divina. Na vivência da liberdade, o homem exerce o ser livre, não condicionado ou limitado. A amplitude do ato de escolher faz do homem o que ele é, uma vez que ele é um ser para a escolha, pois a todo momento está decidindo por algo. Se ele não escolher deixará de exercer aquilo que lhe é inato.

---

<sup>2</sup> Agostinho buscou apresentar uma definição mais específica do que realmente seja o mal. Para ele, “o mal não é somente uma privação, é uma privação que reside num bem como em um sujeito” (Gilson, 2006, p. 274). Sendo assim, o mal seria a ausência de ser (o bem) concebendo um pensamento diferentemente do que elas são. E, mais ainda, ele vai dizer a Evódio “[...] habitualmente, tomamos o termo “mal” em dois sentidos: um, ao dizer que alguém praticou o mal; outro, ao dizer que sofreu algum mal [...]. Deus de modo alguém será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo [...] pois o mal não poderia ser cometido se ter algum autor” (AGOSTINHO, 1995, p. 25).



Agostinho tem a firme convicção de que o livre-arbítrio é um bem, e este, só pode ser dado por Deus. É no Livro I que ele e Evódio chegam a essa conclusão. Contudo, Evódio levanta uma questão referente a essa vontade livre: “Se possível, explica-me agora a razão pela qual Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio da vontade, já que, caso não o houvesse recebido o homem certamente não teria podido pecar” (Agostinho, 1995, p. 73). Nessa indagação, Agostinho se vê diante da questão natural do problema, visto que, se todo bem nos provém de Deus (o Bem Supremo), não resta muito o que contestar, pois o livre-arbítrio nos foi concedido com o real desejo de poder usá-lo, e, assim sendo, o homem exerceria a sua faculdade de escolher, pois era necessário que Deus proporcionasse ao homem vontade livre,

Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção. [...]. Ora, seria isso uma injustiça, se a vontade livre fosse dada não somente para se servir retamente, mas igualmente para se pecar. (AGOSTINHO, 1995, p. 74-75).

Santo Agostinho concede que o mal não é um ser, não tem caráter ontológico, não existe – como defendiam os maniqueus –, ele existe apenas como carência, imperfeição, ausência do bem. Portanto, é impossível que o mal tenha sido criado por Deus, pois Deus é aquele que dá o ser às coisas. O Criador compreendeu que todas as coisas são boas e não há nenhuma substância que Ele não tenha criado. Deixando clara a ideia de que o agir não está condicionado pela vontade divina, mas é o resultado da capacidade do homem de encontrar-se frente a frente com a sua liberdade. É por meio da liberdade que o homem saberá tomar a decisão correta, mediante a escolha dentre aquilo que seja o mais correto e justo, tanto para si,



quanto para o outro. Esta atitude não é fruto de um ato desregrado que acarreta, então, consequências que nortearão a vida alheia, como afirma Agostinho:

[...] se o homem carecesse do livre-arbítrio da vontade, como poderia existir esse bem, que consiste em manifestar a justiça, condenando os pecadores e premiando as boas ações? Visto que a conduta desse homem não seria pecado, nem boa ação, caso não fosse voluntária (Agostinho, 1995, p.75).

Segundo Agostinho, a prática do livre-arbítrio não é para tornar o homem bom, mas para que ele se encontre na própria existência. Eis que nesse impasse, Agostinho se vê diante de seus opositores, aos quais se destacam os maniqueus, os donatistas e os pelagianos. Os primeiros, defendiam a existência de dois princípios: "O bem e o mal" que dominavam o mundo; os segundos debatiam de frente a não aceitação dos sacramentos conduzidos por ministros indignos; já os terceiros negavam o pecado original, e por decorrência, não aceitavam também a ideia da necessidade de buscar, mediante este pecado, a redenção da culpa original.

A alma sem a liberdade é morta, pois se encontra desprovida de vida, ou seja, sem a capacidade de existir além do físico ou tornando-se apenas um ser que vive somente embasado nas restrições que lhe são impostas. Nesse sentido, Etienne Gilson afirma que é através da vivência das quatro virtudes cardinais que o ser humano será capaz de atingir e fundamentar o seu livre-arbítrio, pois,

A temperança refreia os desejos carnis e os impede de dominar o pensamento; ela prepara as vias para a aquisição da sabedoria ao nos impedir de desejar contra o espírito. [...]. A prudência discerne o bem do mal e faz-nos evitar todo erro na escolha do que se deve fazer ou evitar, [...]. A justiça tem como função atribuir a cada um o que lhe é devido [...] Mas essa ordem de natureza está em nós muito imperfeitamente e tende progressivamente a se estabelecer graças à virtude da força (GILSON, 2006, p. 250-251).



Como poderia o homem privar-se de tamanho bem? Seria ele capaz de viver sem o princípio da liberdade? Segundo Agostinho, se o homem não possui a liberdade de decidir sobre suas ações, não seria possível denominá-lo como um ser justo. Essa consequência decorre do fato de que o que torna o homem justo não é a prática da justiça, mas sim a liberdade que o levou a praticar a justiça. Sendo assim, o homem é um ser que tem o privilégio de reger a sua vida e suas escolhas, guiado por sua vontade.

Neste processo constante pelo qual o ser humano conduz a sua existência, faz-se mais do que necessário compreender o livre-arbítrio como movimento da verdade e para a verdade. Neste fluxo, o homem tem a possibilidade de entender que a livre escolha traz para si a possibilidade de se registrar, de maneira voluntária, o movimento pelo qual o encaminhará na bondade e sabedoria daquele que o criou. Tudo isso só será possível, é claro, se o homem não medir suas ações embasadas na crença do destino<sup>3</sup>, por assim achar que a sua vida já está traçada e que tudo o que acontecer, mesmo que ele reflita antes, já está premeditada. Sendo assim “O Destino exclui, naturalmente, a liberdade da vontade: havendo destino, não há livre-arbítrio” (FILHO, 2009, p. 297).

Na perspectiva de que o homem é o administrador dessa fonte de liberdade e de que Deus é o liberador, cabe, portanto, ao homem se dispor da melhor maneira possível para bem vivê-lo. Na prática atuante deste bem, ele encontrará a liberdade humana, pois é válido dizer que a liberdade é um atributo do homem.

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que a liberdade em escolher é marca registrada do livre-arbítrio, se assim não for, não haverá o ato da escolha, pois quando perdura a vontade e a escolha consequentemente não haverá o destino traçado, e nesse mesmo contexto “Segundo o argumento de Cícero, tal como reconstruído por Agostinho, a liberdade humana exclui a presciência divina” (FILHO, 2009, p. 297).





#### **4. A LIBERDADE HUMANA EM AGOSTINHO**

Em Agostinho, a liberdade é sinônimo de aderir ao bem. Na prática, liberdade é escolher “bens entre bens”, visto que o mal é a falta de escolhas e o homem quando não opta por escolher bem, deixa o espaço aberto para que o mal apareça. É neste contexto que o filósofo desenvolve a sua argumentação acerca da liberdade humana que ocorre neste processo constante de escolhas e, com isso, o homem se vê diante do seu eu, ou seja, é um tornar-se a si mesmo na busca do sentido de sua existência, não ficando apenas na questão do “quem sou eu”.

A vontade, enquanto faculdade interna do homem, trava, a todo momento, uma luta na consciência deste para não perdurar dois polos. O objetivo é suprimir a alternância entre o bem e o mal<sup>4</sup> e revelar uma regularidade e permanência no princípio das causas irrigadas na vontade livre, expressa no fazer o bem. Só assim a liberdade humana será real, e necessária se faz a busca pelo princípio que regula este estado constante do bem,

Eis no que consiste a nossa liberdade: estarmos submetidos a essa Verdade. É ela o nosso Deus mesmo, o qual nos liberta da morte, isto é, da condição do pecado. [...]. Com efeito, nossa alma de nada goza com liberdade se não o gozar com segurança (AGOSTINHO, 1995, p. 121).

Nesta perspectiva, é possível questionar: a liberdade é alienável? É possível viver e morrer por ela? O homem, no ato da escolha, exerce a sua liberdade e afirma a sua existência. Estar submetido a esta Verdade, Deus, que é o próprio autor do

---

<sup>4</sup> Neste sentido Agostinho é um grande defensor da graça de Deus como suporte e caminho para o livre-arbítrio, que segundo ele, esta não seria um tratamento médico e nem tão pouco um pronto socorro do livre-arbítrio, ele afirma que “[...] o homem é livre para fazer o bem e que não é forçado a cometer o mal por nenhuma necessidade. Se o homem peca, a culpa é sua (OLIVEIRA, 1995, p. 18).



livre-arbítrio, não significa estar preso ou alienado, mas sim, submergido na fonte geradora da liberdade, uma vez que Deus não o condiciona a nada e nem mesmo o induz a tomar esta ou aquela direção. Muito pelo contrário, neste processo, a liberdade humana revela-se como fruto da Verdade e esta, para que seja plena e oposta a qualquer alienação, deve ser e fornecer a segurança para execução das escolhas.

Partindo desse princípio de liberdade humana, eis que ser livre é sinônimo de poder criar. De fato, o homem é livre quando cria, através dos seus atos. Os seus atos, por sua vez, frutos da faculdade de escolha, lhe é concedida pelo Criador. Estes pressupostos revelam o quanto a argumentação de Agostinho em defesa da liberdade do homem e que é o homem quem cria e delibera as suas ações, revela também que é o homem o responsável por suas ações. Neste sentido fica claro que o homem só poderá ser livre se, primeiramente, for autônomo. Só será autônomo mediante seus atos e, assim sendo, suas atitudes deixarão de ser livres se não partirem da fonte [*Self*] que decide fazê-las. Deixará de ser livre, pois a vontade terá sua fonte externa, fora da interioridade do eu, o que não será suficiente para conduzir o eu à prática do bem. Este agarrar-se à vontade livre<sup>5</sup>, da parte do homem, longe de qualquer demência em vivê-la, revela o quanto a vontade é a fonte da ação livre: “Não te admires, pois, se usando das outras coisas, por meio da vontade livre, nós possamos também usar da mesma vontade livre, servindo-nos dela por meio dela mesma” (Agostinho, 1995, p. 139).

---

<sup>5</sup> Para Agostinho, a vontade livre é concebida como um meio ou caminho para o homem viver honestamente nas práticas das virtudes que dela provém. Sendo assim, a vontade livre para Agostinho é um bem e ela será capaz de unir o homem ao Bem imutável (Deus).



A liberdade humana<sup>6</sup>, tomada em si mesma, é boa. Porém, no contexto na qual ela está submetida, pode sofrer algumas mudanças que poderão desviá-la dos seus verdadeiros fins que não aqueles reprovados pelo próprio autor da deliberação. Neste contexto, faz sentido a afirmação de Etienne Gilson: “É verdade que toda liberdade encerra um perigo, mas a nossa é também a condição necessária para o maior dos bens que pode nos acontecer: a beatitude” (GILSON, 2006, p. 277). Com esta afirmação, Gilson indica que a liberdade por si só é algo bom e que, o que tentará o seu rumo é a maneira pela qual o homem decide vivenciá-la. O fato de o homem ora ser bom, ora ser mau, não é definido pela própria liberdade, mas sim pelo resultado da deliberação realizada no contexto da liberdade humana. É neste processo de emprego constante da liberdade que o homem, em suas escolhas, torna-se humano, pois assim como a liberdade usa a si mesma, de igual maneira o livre-arbítrio está à disposição do próprio livre-arbítrio e a liberdade conhece a si mesma.

A liberdade, em hipótese alguma, poderá ser fragmentada, pois se assim o fosse, comprometeria a deliberação da conduta humana. Assim, uma liberdade partida contra si mesma é como se fosse um homem partido contra o seu próprio ser. A liberdade tem o seu próprio significado real no momento em que torna também realidade da vontade, pois,

Se quero, há querer; se não quero, não há querer. Neste plano, é absurdo falar em ‘não querer, mas querer’. Não pode haver um querer contrário à vontade, nada pode ser causa do próprio querer senão ele mesmo. Por isso é livre o arbítrio da vontade (FILHO, 2009, p. 311).

---

<sup>6</sup> A liberdade humana toma aqui um significado de autodeterminação do homem que busca exercer o pleno uso de sua identidade, e esta, será capaz de proporcionar ao ser que busca, um significado real da liberdade humana que nada mais é do que o reconhecer-se.



A vontade é livre, isso não é passível de dúvida. Ela jamais deve ficar submetida às necessidades da vontade. Da forma como Agostinho descreve a liberdade é que a vontade tenha em si o livre-arbítrio e este uma potência que conduza a vontade, na sua natureza, ao querer por si mesma. A necessidade do querer não suprime a liberdade. Agindo assim, o homem encontra, em seu interior, aquilo que Agostinho buscou apresentar em seu pensamento filosófico que até então nenhum outro tinha atinado para isso, o homem interior.

## **5. O HOMEM INTERIOR E EXTERIOR E A INTUIÇÃO DO EU PENSANTE**

Impossível falar de Agostinho sem referir ao interior do homem. É o homem interior que toma como caminho a intuição da existência do eu pensante. Afinal, como falar de liberdade sem adentrar ou afirmar a existência do ser que pensa? Esta instância íntima que habita no interior da alma humana é distinta da concepção pré-socrática que buscava fundamentar a existência humana na exterioridade e nos elementos da natureza "*Physis*"<sup>7</sup>. Agostinho, ao utilizar um novo ponto de partida para pensar o agir humano – no contexto do cristianismo, cuja metafísica básica é um Deus criador –, busca respostas onde ninguém ousara buscar, ou seja, dentro do próprio homem sem desprezar a potência que o criou. Por isso mesmo, ele revela que a demora em encontrar não coincide com a existência, de fato, desta interioridade:

Tarde te amei, ó beleza tão antiga e tão nova! Tarde demais eu te amei! Eis que habitavas dentro de mim e eu te procurava do lado de fora! Eu,

---

<sup>7</sup> Nos primeiros filósofos, este termo significava o conjunto de todas as coisas naturais existente no universo, significando também origem, ou seja, o conjunto de todas as coisas.



disforme, lançava-me sobre as belas formas das tuas criaturas. Estavas comigo, mas eu não estavas contigo (AGOSTINHO, 1984, p. 295).

Muitas vezes o homem busca respostas para as suas indagações e nem sempre este eterno buscar lhe apresenta respostas que sejam capazes de sanar as suas inquietações. Na maioria das vezes, o homem não sabe onde se direcionar rumo a uma via de segurança, pois os homens contemplam a natureza e tudo o que a compõe, mas quase nunca são capazes de fazer um passeio dentro de si mesmos. Bebendo da fonte platônica, Agostinho escreve em seu livro *Confissões* "Instigado por esses escritos a retornar a mim mesmo, entrei no íntimo do meu coração sob tua guia" (Agostinho, 1984, p. 186), descrevendo assim, uma experiência de encontro consigo mesmo, este eu que habita em cada um e que é de difícil acesso para aqueles que não sabem como buscá-lo, nem sequer cogitam a possibilidade de um passeio interior.

Neste pensamento agostiniano da procura de Deus dentro de si e, por consequência dessa busca, o encontro consigo mesmo, no tornar-se uma intimidade com o seu íntimo, abrem-se as janelas da alma que abrirão as da mente. É neste examinar atento do homem, neste itinerário reflexivo, que Agostinho se debruça sobre o homem interior, sabendo que a natureza está fora, mas a origem do ser é interior em vista daquele homem que, enquanto peregrino, está longe de si mesmo. Neste itinerário, em busca do conhecimento de si mesmo, o homem encontra o sentido da liberdade que, para ele, perpassa as limitações do exterior. Ele precisa reconhecer e contar também com o interior, a fonte que faz uso incondicional da liberdade:

Há em nós, por assim dizer, dois homens: o homem exterior e o homem interior. Diz respeito ao homem exterior tudo o que nos é comum com os animais [...] ao contrário, diz respeito ao homem interior, tudo o que pertence propriamente a nós e não se encontra nos animais [...]. O homem



é, portanto, essencialmente seu pensamento, ou em outros termos, a mens é o homem interior (GILSON, 2006, p. 225-226).

O ser humano é um ser que busca também a felicidade, e só será feliz aquele que encontrar o que deseja. Para tanto, será necessário saber o que se busca, ou melhor dizendo, conhecer o que se busca. Quanto mais o eu entende, mais ele consegue ser livre. Conhecer as causas é o caminho para a liberdade e, neste itinerário, encontrar-se-á a felicidade. Onde mora esse bem último? Agostinho, inúmeras vezes, afirma que o caminho para a felicidade exige o autoconhecimento<sup>8</sup>, como descreve Charles Taylor: “[...] a atividade de conhecer é particularizada; cada um de nós está envolvido com a sua. Voltar-se para essa atividade é voltar-se para si mesmo, é adotar uma atitude reflexiva” (TAYLOR, 1997, p. 173). Em suma, a via mais segura para a realização do eu é sempre a interioridade<sup>9</sup>, pois nesta habita Deus. É neste caminho que o homem pode ser conduzido do exterior para o interior e, por fim, indo para dentro de si, o homem se vê mediante a possibilidade de conhecer e não conhecer a si mesmo. Por isso mesmo que o retorno ao seu íntimo é mais do que necessário, pois só dentro de si que este será capaz de encontrar respostas que sejam capazes de conduzi-lo ao caminho para a liberdade.

## 6. CONCLUSÃO

Santo Agostinho conseguiu introduzir o conceito de livre-arbítrio na concepção de liberdade, marcando assim, intensamente, a compreensão do ser livre.

---

<sup>8</sup> Neste sentido, Agostinho apresenta o raciocínio reflexivo do eu a partir da experiência de primeira pessoa no ato do pensamento, como afirma Charles Taylor: “Agostinho foi o inventor do raciocínio que conhecemos como cogito, porque foi o primeiro a tornar o ponto de vista da primeira pessoa fundamental para nossa busca da verdade” (TAYLOR, 1997, p. 176).

<sup>9</sup> Em Agostinho existe a possibilidade de um ser que seja capaz de falar de si mesmo na primeira pessoa, pois “a virada de Agostinho para o *self* foi uma virada para a reflexão radical, e foi isso que tornou a linguagem da interioridade irresistível” (TAYLOR, 1997, p. 174).



O seu maior desejo era fundamentar a escolha ligada à vontade humana e, partindo deste princípio, fundamentar a liberdade no contexto da escolha de fazer o bem.

Agostinho enfatiza que, no homem, a capacidade de fazer o que ele escolhe fazer é mais do que livre-arbítrio, é a expressão da liberdade no seu estado original. Toda vez que o homem buscar viver a sua liberdade, ele estará pondo em prática a sua faculdade interior de escolher e estará frente a frente com a sua liberdade. Eis que o filósofo nos apresenta uma definição de livre-arbítrio ligada à liberdade humana: o primeiro é oferecido ao homem por Deus, para que seja o fio condutor no ato de fazer suas escolhas, e que estas; sejam por meio da deliberação do bem; no entanto, o segundo, que é a liberdade humana, como o bom uso do primeiro, exercendo assim a vontade livre.

O conceito de liberdade no pensamento contemporâneo distanciou-se muito do que realmente seja o livre-arbítrio. As vontades humanas nem sempre estão entrelaçadas ao princípio de escolher fazer o bem teleologicamente. Sendo assim, o pensamento de Agostinho de Hipona, acerca do uso da liberdade, através da ideia de livre-arbítrio, contribuiu muito para a discussão acerca do uso e da capacidade de viver como ser livre, a partir do princípio do bem escolher. Para Agostinho, a liberdade é aderir-se ao bem, é escolher bens entre bens, pois o homem só poderá ser livre se, primeiramente, for autônomo em relação às suas atitudes e decisões, pois a liberdade conhece a si mesma.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 1984. Col. Patrística.

\_\_\_\_\_. **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. Col. Patrística.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia de Jerusalém**. 3 ed. São Paulo: Paulus, 2004 (Antigo e Novo Testamento).



COSTA, Marcos Roberto Nunes. **Maniqueísmo**: história, filosofia e religião. Rio de Janeiro: vozes, 2003.

FILHO, Moacyr Ayres Novaes. **A razão em exercício**: estudos sobre a filosofia de Agostinho. São Paulo: Paulus; Discurso Editorial, 2009.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2006.

OLIVEIRA, Nair de Assis. Introdução. In: **O livre-arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995. Col. Patrística. P. 11-21.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self**: A construção da identidade moderna. São Paulo: Loyola, 1997.



**Élcio Bonfim Neves**

<http://lattes.cnpq.br/6818602466378858>

